

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA
ATA DA 107ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE -
COMDEMA

Ao vigésimo dia do mês de abril de dois mil e vinte e um, por vídeo conferência, link <https://meet.google.com/rop-juxq-zdf>, com início às quinze horas em primeira convocação, e às quinze horas e trinta minutos em segunda convocação, realizou-se a 107ª reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sob a presidência de Angela Maria Macuco do Prado Brunelli a presença dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, com as presenças virtuais de Aparecido Tadeu Pavani, Victor Barbieri Ribeiro, José Antônio Correia, Cristiane M. F. Lujan, Márcio J. Martins, Ricardo C. Coelho, Cecília A. F. dos Santos, Nair V. Antunes de Quadros, Telma A. Magro, Angela M. M. do Prado Brunelli; e dos convidados Daisy A. Fonseca Blandino, representando o Real Palace Hotel e Real Garden Hotel, Willy C. da Costa, representando o Supermercado Iquegami, Marco Salviano Oliveira Junior e Tatiana Vieira Galvão, representando a Comfrio, todos por vídeo conferência; e justificativas de ausência de Marcos R. de Freitas Vieira. A presidente em exercício agradeceu a presença de todos e informou que a reunião é conjunta com a 97ª reunião do CMSA, Conselho Municipal de Saneamento Ambiental, e convidou Telma Magro para secretariar. Angela perguntou se todos receberam a ata da reunião anterior por e-mail, e se podia dispensar a leitura, tendo sido aprovada. Em seguida Angela informou que a pauta da reunião, com os seguintes assuntos: EIV Cris Rodas (protocolado em 23/02/21), EIV Real Garden Hotel (protocolado em 15/03/21), EIV Real Palace Hotel e Centro de Convenções Real Palace Hotel Ltda (protocolado em 15/03/21), EIV Supermercado Iquegami (protocolado em 24/03/21), EIV Edifício Villago Pieris (protocolado em 30/03/21), EIV Comfrio (protocolado em 30/03/21), EIV Solfarma (protocolado em 15/04/21), e outros assuntos. A seguir passou a ser discutido o Estudo de Impacto de Vizinhança, EIV, da empresa Cris Rodas, ou Lais Papel de Oliveira Eireli, estando presente o autor do estudo, engenheiro civil e ambiental Ricardo Canal Coelho; a empresa possui o CNPJ 16.885.034/0001-40, para a atividade principal de CNAE 45.20-0-07 - serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores, ou uso S3.1.12 pela LC 122/2017, e as atividades secundárias de CNAE 45.30-7-03 - comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores, ou uso C2.8.5, e 45.30-7-05 - comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar, ou uso C2.6.9; localizada na Rua Rolando José Vinhado esquina com a Avenida Dimer Piovezan, nº 180, Jardim Talarico, zoneada como ZMT, zona de uso misto de transição, conforme LC 122/2017, ou Plano Diretor Municipal, PDM, nos imóveis de matrículas 32.053 e 32.053, com área total de 1.615,3 m², e área construída de 863,07 m²; foi considerado que o uso é permitido na zona de uso, mas sujeito a controle especial, conforme PDM; Telma observou que conforme imagens do Google Earth, uma edificação de cerca de 340 m² não foi indicada no projeto do imóvel de matrícula 32.053, e Ricardo Coelho discordou, sendo solicitado a apresentação das plantas num só desenho, considerando que foram apresentadas em projetos separados; no item 3.4, na fórmula de volume horário do projeto, foi citado 'S', ou volume da hora de pico, que não faz parte da fórmula ' $VHP = DM \cdot K50 / FPH$ ', devendo portanto ser retirado; foi questionado o uso da tabela da norma técnica L11.032, e não a tabela da NBR 10.151, o que foi informado que a L11.032 é uma norma técnica da Cetesb, e atende a NBR 10.151; Angela questionou porque foram feitas medições às 11:30 horas, considerando que este horário os funcionários já estão parando de operar e a proximidade do intervalo para almoço, o que Ricardo disse entender que as medições foram feitas corretamente, em dia de operação normal e em dia sem funcionamento, quando foram constatadas pouca variação de pressão sonora; Telma sugeriu fosse feita medição por equipamento em funcionamento, para se ter uma média do pressão sonora, considerando que nem todos os equipamentos citados no item 2.2, poderiam estar funcionando no momento da medição apresentada no estudo, em especial o jateamento; Angela disse que essa metodologia é usualmente feita para segurança do trabalho e não acredita que seja viável no caso; foi solicitado a indicação nas figuras 4, 5, 9, 10, do projeto e nas figuras 67, 68 e 78, das fotos internas do prédio, os locais onde foram instaladas as placas

51 acústicas, uma vez que não ficou claro quais os vãos ou aberturas que foram protegidas; foi
52 solicitada que as medições sejam feitas em outro horário como no meio do período da manhã
53 ou da tarde, com as máquinas ligadas e outra medição com as máquinas desligadas, foi
54 questionado porque não foram informados os usos vizinhos, considerando que são geradores
55 de ruído, como a Usinagem Alvorada, situada na mesma quadra do Cris Rodas, e Ricardo
56 relacionou também a Casa dos Construtores; Angela observou que está sendo analisado um
57 EIV de um empreendimento que está sendo questionado pelo Ministério Público, por inquérito
58 de incômodo à vizinhança por ruído, e a medição dos ruídos devem ser verificadas e avaliadas
59 detalhadamente, inclusive considerando a geração de ruído dos imóveis vizinhos, e solicitou
60 que fosse feita uma medição dentro do lote do vizinho reclamante do ruído, nos termos da
61 NBR 10.152 - Acústica - Níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações; foi
62 sugerido também medição com relocação interna dos equipamentos da empresa, assim como
63 realizar a medição com a empresa e as empresas vizinhas em atividade, e outra medição com a
64 empresa sem funcionamento e os vizinhos em atividade; por fim foi solicitado a inclusão no
65 EIV da informação que as medições da Polícia Científica, que foram informadas no inquérito
66 civil do MP, foram feitas antes da execução da proteção acústica do prédio; foi informado que
67 a Prefeitura está contratado uma empresa para fazer nova perícia com avaliação de ruído, em
68 atendimento aos requerimentos do MP, e Ricardo solicitou que fossem feitas as medições nos
69 mesmos pontos feitos para a medição do EIV; Telma sugeriu a inclusão de um fluxograma das
70 atividades do processo de produção, o que foi considerado desnecessário; Angela considerou
71 que os EIVs devem ser analisados caso a caso, considerando inquéritos civis, e sempre com o
72 objetivo de se chegar ao melhor conhecimentos das condições para a adoção das soluções mais
73 adequadas, uma vez que o EIV é instrumento próprio para esses questionamento; quanto a
74 cabine de pintura, da figura 69 do item 5.2, foi questionado como é feito o sistema de exaustão,
75 e Ricardo informou que a contenção do material particulado é feito por cortina de água, e
76 depositado em bandeja própria, para posterior descarte na caçamba de resíduos, sendo por fim
77 solicitado a inclusão do funcionamento desta cabine, e a destinação da água descartada,
78 considerando tratar-se de resíduo classe I, e apresentação de CADRI; por fim o EIV não foi
79 aprovado e deverá ser reapresentado com a correções solicitadas. A seguir passou a ser
80 discutido o EIV da empresa Real Garden Hotel Ltda, com a presença da engenheira civil Daisy
81 A. Fonseca Blandino, autora do estudo, juntamente com o engenheiro civil Luciano José
82 Blandino; a empresa possui CNPJ 14.607.241/0001-08, para a atividade principal de
83 CNAE 55.10-08-01 – hotéis, ou uso S2.5.2 pela LC 122/2017, e a atividade secundária de
84 CNAE 82.30-0-01 - serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas, ou uso
85 S.2.1.15, localizada na Rod Brigadeiro Faria Lima, km 378, em imóvel de matrícula não
86 informada, com área de 14.208,28 m², e área construída de 2.867,77 m², sendo a zona de uso
87 conforme PDM, ZIS, zona de uso industrial e de serviços; foi considerado que o uso é
88 permitido na zona de uso, e que conforme a Resolução COMDEMA nº 03/2021, essa atividade
89 é considera de médio risco, portanto aplicável a execução de EIV simplificado, devendo ser
90 observado o modelo constante desta resolução; foi observado que o item 4.1.1 não informa o
91 CNPJ da empresa, devendo serem indicados os CNAEs; os itens 4.1.3 e 5.1 indicam que o
92 imóvel situa-se em zona rural, mas conforme PDM a área é urbana; no item 5.3 a área de
93 influência direta, ou AII, não foi citada, podendo ser usado um raio de 500 m; no item 5.6
94 indicar que a via de acesso é a Av. José Carlos Caffer, no estacionamento indicar o número de
95 vagas, a posição das vagas para idosos e deficientes, e quais a linhas de transporte coletivo
96 urbano mais próxima, e sua distância do hotel; na figura 13 indicar também o acesso à rodovia
97 e à Variante Hamleto Stamato, para acesso à cidade e que é em nível; no item 5.7 informar se
98 existe galeria pluvial pública no entorno, e não existe rede pública de gás canalizado, mas
99 central própria de gás, assim como a sua localização, confirmar com SAAEB a existência de
100 rede pública de esgoto, e quanto ao poço de água que abastece o empreendimento, foi
101 solicitada a apresentação da outorga deste poço; indicar a existência de lavanderia e posição no
102 lote; item 5.8 indicar escolas e postos de saúde; na figura 18 excluir o serviço de segurança
103 dentro do Parque Ecológico; na figura 16 indicar fragmentos de mata e mata ciliar do córrego
104 do Candinho; no item 6.1 citar como é feito o manejo e coleta de esgoto e resíduos sólidos; no

item 6.4 informar empregos gerados; por fim o EIV não foi aprovado, devendo ser reapresentado com as correções solicitadas. A seguir passou a ser discutido EIV da empresa Real Palace Hotel Bebedouro Ltda e Centro de Convenções Real Palace Hotel Ltda, com a presença da engenheira civil Daisy A. Fonseca Blandino, autora do estudo, juntamente com o engenheiro civil Luciano José Blandino; a empresa possui, CNPJ 02.606.657/0001-22, para a atividade principal de CNAE 55.10-08-01 - hotéis, ou uso S2.5.2 pela LC 122/2017, localizada na Rua Itália, 150, Jardim Talarico, e CNPJ 11.827.684/0001-16, para a atividade principal de CNAE 55.10-8-01 - hotéis, e atividade secundária de CNAE 82.30-0-01 - serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas, ou uso S2.1.15, localizada na Rua Itália, 150, sala A, Jardim Talarico, em imóvel de matrícula e área não informados, área construída total de 4.306,62 m², sendo o cadastro municipal 127.110.090.00, sendo a zona de uso ZRM, zona residencial de uso misto, conforme PDM; foi considerado que o uso é permitido na zona de uso, e que conforme a Resolução COMDEMA nº 03/2021, essa atividade é considerada de médio risco, portanto aplicável a execução de EIV simplificado, devendo ser observado o modelo constante desta resolução; foi observado que o item 4.1 não informa o CNPJ da empresa, devendo serem indicados os CNAEs; no item 5.1 a área de influência direta, ou AII, não foi citada, podendo ser usado um raio de 500 m; nos itens 4.2 e 4.2, e nas figuras 1 e 4 não foram indicadas a área total do imóvel, conforme projeto anexado ao estudo, e número de cadastro municipal; no item 5.7 informar que não existe rede pública de gás canalizado, mas central própria de gás, assim como a sua localização, e quanto ao poço de água que abastece o empreendimento, foi solicitada a apresentação da outorga deste poço; indicar a existência de lavanderia e posição no lote; no item 5.6 indicar a faixa de estacionamento de 2,50 m; no item 6.1 citar como é feito o manejo e coleta de esgoto e resíduos sólidos; no item 6.4 informar empregos gerados; por fim o EIV não foi aprovado, devendo ser reapresentado com as correções solicitadas. A seguir passou a ser examinado o EIV da empresa Supermercado Iquegami Ltda, com a presença do engenheiro civil Willy Cardoso da Costa, autor do estudo; o estudo é para a implantação de uma filial da empresa de CNPJ 01.915.625/0001-46, para a atividade principal de CNAE 47.11-3-02 - comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados, ou uso C3.3.1 pela LC 122/2017, a se instalar na Alameda Guarujá esquina com a Alameda Pedro Liberato, zoneada como ZPA, zona de proteção ambiental, conforme LC 122/2017, ou Plano Diretor Municipal, PDM, no imóvel de matrícula 40.755, com área de 10.048,53 m², e área a ser construída de 4.957,49 m², e cadastro municipal 155.124.001-00; foi considerado que o uso não era permitido na zona de uso, sendo autorizado pela Deliberação CTLU nº 09/2021, que autoriza o uso para supermercados, ou uso C3.3, considerando o direito adquirido do proprietário do imóvel, e ainda, devendo ser respeitada a Área de Proteção Permanente – APP do Córrego Parati de 30 (trinta) metros, e na parte canalizada de 15 (quinze) metros; foi observado que o projeto arquitetônico apresentado deverá ser corrigido de forma a respeitar as APPs deste imóvel; Telma exibiu em tela a delimitação do imóvel sobre o levantamento planialtimétrico de toda a área do Sítio Habastos, apresentado anteriormente pela empresa Pafil Construtora e Incorporadora Ltda, por ocasião de loteamento de área adjacente, demonstrando a existência de APP sobre o imóvel em estudo, e ainda a sobreposição de área a construir, estacionamento e acesso sobre a APP, também foi calculada uma área aproximada de 1.763 m² APP, e por fim informou que esses levantamentos serão enviados ao autor do EIV; foi observado também que o imóvel do empreendimento, segundo levantamento planialtimétrico apresentado, possui uma declividade de cerca de 2,00 m, do cruzamento das alamedas Pedro Liberato e Guarujá, em direção à APP, e questionado como será feita a terraplanagem para o nivelamento do terreno, assim como a contenção deste aterro, seja por muro de arrimo, seja por talude, considerando que o talude ou arrimo não poderão ser executados sobre a APP, e foi solicitado a inclusão das informações de níveis na planta e cortes do projeto, e ser incluído um capítulo para tratar da movimentação de terra, considerando a fragilidade do solo, já caracterizada em estudo geológico deste imóvel; no item 5.5.5 foi solicitado a inclusão de uma conclusão sobre o relatório de sondagem apresentado junto com EIV; no item 5.7.3 foi observado que os resíduos não são classificados como residenciais, devendo ser esclarecido como será feita a coleta e

destinação dos resíduos gerados, e destacar qual resíduo pode ser equiparado ao domiciliar e como será feita os acondicionamentos e coletas, devendo ser apresentado um PGRS, plano de gerenciamento de resíduos sólidos, com estimativa de geração de resíduos; no item 5.7.5 foi observado que não existem capacidade adequada dos dispositivos de drenagem capazes de atender a região, e também ser considerado no projeto de drenagem a terraplanagem, e todo o impacto possível, considerando os riscos existentes de alagamentos na Alameda Pedro Liberado e Florcena Rímoli; na Figura 22 não foi indicado o serviço de segurança da Delegacia Geral de Polícia, localizada na Alameda Guarujá; no item 6.2 foi solicitado a apresentação do PGRS; no item 6.3 foi solicitado a informação de qual gás será usado na câmara fria; no item 6.6 foi solicitado a informação do local onde será feita a compensação da supressão de vegetação, considerando que o imóvel possui APP, local que deverá ser recuperado e recomposto por espécies arbóreas nativas, na proporção de 1 árvore por 10 m², portanto com 176 árvores no mínimos, incluídas a compensação das espécies retiradas; no item 7.2 informar demanda dos equipamentos por energia e apresentar certidão da CPFL de capacidade de fornecimento de energia; Angela considerou que a sala de máquinas deverá ter piso adequado, considerando a carga e o solo colapsível, típico da região, devendo ser feita a indicação em planta, assim como a inclusão desta medida mitigadora, que deverá prever também controles de ruído e vibração; Victor Barbieri observou que a sondagem apresentada indicou nível de água alto, em torno de 6,00 m de profundidade, e a presença de areia pouco siltosa e pouco argilosa, que caracteriza solos colapsíveis; Telma observou que alguns perfis da sondagem indicam a presença de solo fofo abaixo de camadas compactadas, como indicado nos perfis 18, 28 e 25; Angela observou que o piso deverá ter fundação adequada, considerando carga dos veículos e pátio de carga e descarga; no estacionamento deverá ser citada quantidade e posição das vagas para deficientes e idosos; o quadro 8 deverá ter as correções necessárias, considerando as inclusões solicitadas; foi observado que os projetos complementares desta obra deverão ser citados no EIV, como recomendação, e o empreendedor deverá assumir as responsabilidades citadas, com termos de compromisso; foi observado que o tanque de contenção de enchente deverá ser indicado em planta, e que o cumprimento da LC 135/2021, que trata da captação e reuso das águas pluviais, estabelece a proporção de 20 litros por metro de área construída, portanto muito desproporcional, uma vez que o tanque deveria ter um volume de mais de 99 m³, enquanto pela lei estadual 12.526/2007 o volume seria de aproximadamente 44 m³; foi solicitado a indicação em planta do depósito de gás, caixa de detenção, casa de máquinas, gerador e pátio de carga e descarga; por fim o EIV não foi aprovado, devendo ser reapresentado com as correções solicitadas. As análises dos EIVs ficaram suspensas, considerando o horário, devendo ser marcada outra reunião em 15 dias, e Angela perguntou se alguém gostaria de fazer uso da palavra, e não havendo mais nada a tratar, deu a reunião por encerrada, agradecendo a presença de todos. Eu, Telma Alves Magro, lavrei a presente ata, que será por mim assinada e pelo presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, no dia vinte do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um.

Angela Maria Macuco do Prado Brunelli
Presidente em Exercício do COMDEMA

Telma Alves Magro
Secretária